

Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro

Bruno Rezende Spadotto¹

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: spadotto.br@usp.br

Jaqueline Vigo Coguetto²

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.

e-mail: jaqueline_vigo@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma sistematização de algumas das informações coletadas em trabalho de campo na macrorregião denominada Matopiba, realizado entre os dias 13 e 23 de junho de 2018. A partir da expressiva quantidade de dados e perspectivas oriundas das visitas, nos delimitamos a identificar as informações relativas ao cotidiano das comunidades camponesas presentes, especificamente, na Região Intermediária do Sudoeste Piauiense. Os resultados dessa sistematização são apresentados em dois eixos, compostos por análises das verticalidades e horizontalidades no relacionamento entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro, fenômenos consequentes do avanço do agronegócio globalizado na região. A partir disso, sublinhamos como se desenvolve a resistência camponesa local frente aos impactos humanos e ambientais decorrentes das investidas do agronegócio.

Palavras-chave: Matopiba; agronegócio; controle de terras; campesinato; globalização.

The rush of agribusiness in the *Cerrado* of Piauí: horizontalities and verticalities in the relation between the environmentalism of the poor and the global land grabbing

Abstract

The objective of this article is to present a systematization of some of the information collected in field work in the macroregion called Matopiba, held between June 13 and 23, 2018. From the significant amount of data and perspectives from the visits, we limited ourselves to identify the information related to the daily life of the peasant communities present, specifically, in the Intermediate Region of Piauí's Southwest. The results of this systematization are presented in two axes, composed by analyzes of the verticalities and horizontalities in the relationship between the environmentalism of the poor and the global land grabbing, consequential phenomena of the advance of the globalized agribusiness in the region. In this way, based on the analysis of this article, we intend to underline how the local peasant resistance develops against the human and environmental impacts resulting from the agribusiness investments.

Keywords: Matopiba; agribusiness; land grabbing; peasantry; globalization.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2016/24186-4.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2017/12100-0.

El avance del agronegocio en el *Cerrado* de Piauí: horizontalidades y verticalidades en la relación entre el ambientalismo de los pobres y el acaparamiento de tierras por el capital financiero

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar una sistematización de algunas de las informaciones recogidas en trabajo de campo en la macrorregión denominada Matopiba, realizado entre los días 13 y 23 de junio de 2018. A partir de la expresiva cantidad de datos y perspectivas oriundos de las visitas, nos delimitamos identificar las informaciones relativas al cotidiano de las comunidades campesinas presentes, específicamente, en la Região Intermediária do Sudoeste Piauiense. Los resultados de esta sistematización se presentan en dos ejes, compuestos por análisis de las verticalidades y horizontalidades en la relación entre el ambientalismo de los pobres y el acaparamiento de tierras por el capital financiero, fenómenos consecuentes del avance del agronegocio globalizado en la región. De esta forma, finalmente, a partir de los análisis de ese informe, pretendemos subrayar cómo se desarrolla la resistencia campesina local frente a los impactos humanos y ambientales derivados de las inversiones del agronegocio.

Palabras clave: Matopiba; agronegocio; acaparamiento de tierras; campesinado; globalización.

Introdução

Entre os dias 13 e 23 de junho de 2018, realizamos um trabalho de campo nas regiões Sudoeste do Piauí e Sul do Maranhão como parte de nossas pesquisas de doutorado em Geografia Humana. Assim, a proposta geral deste artigo é contribuir com algumas impressões, dados e perspectivas obtidas no campo e, ao mesmo tempo, sublinhar as características do cotidiano de algumas das comunidades camponesas visitadas³ para o presente número da Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária (NERA), denominado “Dossiê MATOPIBA”.

Um dos objetivos principais de nosso trabalho de campo foi observar as estratégias de grandes corporações e fundos de pensão para o acesso à propriedade da terra desembaraçada (MARTINS, 1986) para o agronegócio globalizado, analisando as consequências do fenômeno de controle de terras pelo capital financeiro ou *land grabbing* (Grain, 2008; Borras Jr, *et al*, 2012; Edelman, *et al*, 2013; Sauer; Leite, 2012) para as dinâmicas das comunidades camponesas no Sudoeste do Piauí, na região do Matopiba (o acrônimo formado pelas siglas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Também se caracterizou como objetivo deste trabalho de campo captar os diferentes discursos, que

³ As comunidades visitadas receberam a Caravana MATOPIBA, realizada em setembro de 2017, que foi parte de um projeto de reconhecimento internacional dos impactos humanos e ambientais que o avanço do negócio em terras no Matopiba tem causado aos camponeses no Sudoeste do estado do Piauí (FIAN; REDE; CPT; 2018).

compõem a *psicoesfera*⁴ (RIBEIRO, 1991; SANTOS, 1994; 2009) e observar as distintas lógicas de inserção de objetos no ambiente, que atuam na construção da *tecnoesfera* (SANTOS, 1999; 2009), para instrumentalizar a compreensão das dinâmicas atuais no uso do território (SANTOS, 1994, 2005; SILVEIRA, 2008) na região de expansão da fronteira agrícola.

Assim, a partir das análises realizadas durante o trabalho de campo, destacou-se a necessidade de evidenciar as formas de resistência realizadas pelas comunidades camponesas perante os impactos ambientais e a expulsão ilegal de suas terras de forma violenta por *grileiros*⁵ - os principais intermediadores de títulos de propriedade que antecedem (muitas vezes) a compra de terras por grandes corporações -, observando a diferença entre a ocupação do território realizada legitimamente pela classe camponesa desde tempos imemoriais (ALVES, 2009) até o avanço a ferro e fogo (DEAN, 1997) da fronteira do agronegócio em áreas com predomínio do bioma Cerrado.

É, sobretudo, a partir dessa contradição entre diferentes lógicas de uso do território na região, uma voltada à agricultura camponesa de subsistência e outra voltada para o agronegócio globalizado, que nos nutrimos do par dialético conceitual, elaborado por Milton Santos (2009): as horizontalidades e as verticalidades.

Procedimentos metodológicos

A escolha pela utilização dos conceitos de horizontalidades e verticalidades fundamenta-se na preocupação das atuais pesquisas que investigam o controle de terras pelo capital financeiro internacional em observar o fenômeno “*from below rather than from above*”⁶ (OUMA, 2014, p. 162). Isto é, analisar os impactos territoriais que o avanço do agronegócio globalizado e da financeirização das terras provoca sobre as comunidades locais.

Trata-se, sobretudo, de identificar como certos agentes e lógicas financeiras (nacionais e globais) vêm alterando arranjos orgânicos pré-existentes (situações de “horizontalidades”), constituindo-se em “verticalidades” nas regiões, impostas aos sujeitos locais por: 1. intermediários (*i.e.* elite local, grileiros, coronéis, cartorários, políticos, etc); 2. pela burguesia nacional (*i.e.* grandes corporações do agronegócio brasileiro) e 3. pelo capital

⁴ Enquanto “a psicoesfera é a esfera da ação”, que segundo Ribeiro (1991, p. 46), consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais”, a tecnoesfera, para Santos (2009), “é o mundo dos objetos”, a base técnica que viabiliza as atividades produtivas modernas.

⁵ *Grileiro* é o realizador da “grilagem”, que é forma de apropriação ilegal de terras a partir de fraude e falsificação de títulos. O termo tem origem no ato de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis fiquem amarelados, conferindo-lhes aspecto antigo, semelhante a um original (INCRA, 2009).

⁶ Ouma (2016) elabora uma proposta de estudo sobre financeirização e *land grabbing* na qual evidencia a necessidade de que as atuais pesquisas partam de situações problema “por baixo, ao invés de acima”.

financeiro globalizado (*i.e.* corporações agrícolas internacionais, fundos financeiros em geral, empresas de *private equity*⁷, etc), sem desconsiderar o papel imprescindível do Estado.

Para sistematizar nossa análise, nos fundamentamos em Santos (2009, p. 286), quando afirma que:

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto a contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Assim, as horizontalidades não se restringem, simplesmente, ao resultado de uma “ancestralidade” ou simples manutenção do cotidiano tradicional das comunidades camponesas, mas, também, são reflexos da resistência construída, promotora tanto da persistência das tradicionais formas de vida (que resistem ao agronegócio e ao mercado de terras), quanto das adaptações contraditórias, excludentes e violentas ao sistema técnico globalitário que incluem, por exemplo, o aliciamento de famílias à psicofera cultural dominante e subordinada ao modo de produção hegemônico.

Paralelamente, as verticalidades, ou seja, “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” (SANTOS, 2009, p. 286), materializam-se no avanço da fronteira do agronegócio. Isso ocorre quando este último se apropria de terras devolutas, públicas e camponesas através da especulação imobiliária, pelo desmatamento e por programas de crescimento econômico e regionalização como ferramenta⁸ (RIBEIRO, 2004), como por exemplo, o “Projeto de Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” do Governo Federal, e o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial⁹.

A partir desta proposta de método, nos propomos a caminhar *da razão para a emoção* na análise do avanço da fronteira agrícola na região. Isto é, da perspectiva científica analítica racionalizada, para a descrição solidária às emoções e lutas que envolvem o ambientalismo dos pobres do lugar de estudo. Segundo Martinez-Alier (2002), a análise a partir do conceito de ambientalismo dos pobres permite combinar as preocupações ambientais e a justiça social, combatendo os impactos negativos do crescimento econômico

⁷ *Private equity* é uma forma de reunião (fundo) de investimentos realizada por empresas que não estão listadas em bolsa de valores. Para saber mais sobre a atuação empresas de *private equity* no agronegócio brasileiro, consulte o caso da corporação argentina El Tejar em Frederico *et al.* (2016; 2017).

⁸ A regionalização como ferramenta ocorre a partir da solidariedade organizacional (SANTOS, 2009), ou seja, ações que se organizam para transformar o espaço e atender a interesses específicos, hegemônicos e privados, de uso do território.

⁹ Tal projeto do Banco Mundial financia o Programa de Regularização Fundiária no Sudoeste do Piauí, contestado por organizações internacionais como a GRAIN (*Genetic Resources Action International*) e a FIAN (*Foodfirst Information and Action Network*) e recomendado à suspensão pelo Ministério Público Federal (MPF).

e a distribuição desigual de bens e dos males ecológicos que envolvem populações empobrecidas das classes trabalhadora, camponesa ou indígena.

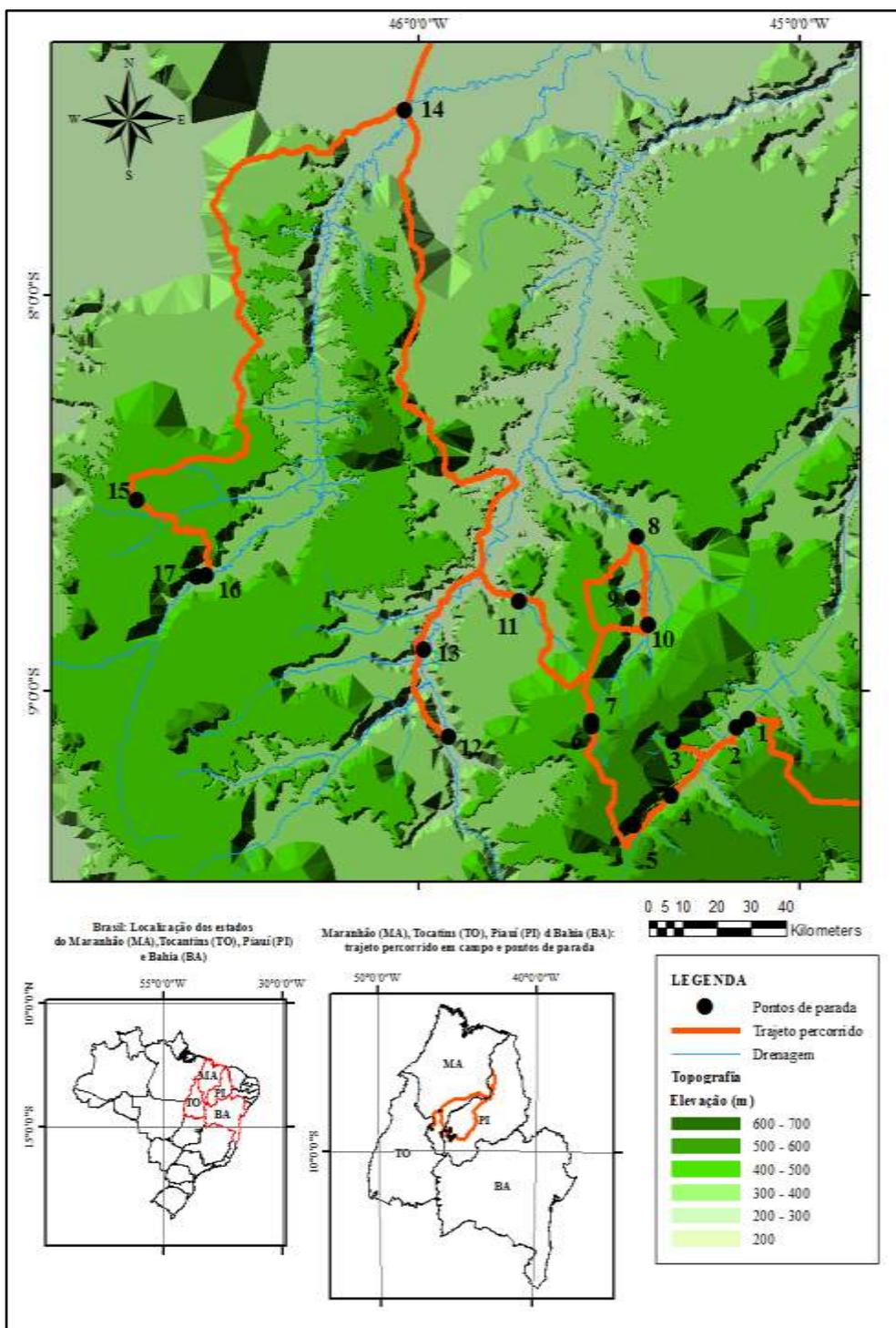
Metodologicamente, nas visitas do trabalho de campo, utilizamos da estratégia de elaboração de roteiros de perguntas, condicionando as entrevistas a partir de um roteiro com questões principais complementadas por outras questões pertinentes ao momento do diálogo (MARCONI; LAKATOS, 2007). Tais entrevistas foram realizadas em seis comunidades do Sudoeste do Piauí que compõem uma população de aproximadamente 130 famílias.

O trabalho de campo teve início no primeiro dia de nossa chegada em Teresina (PI), quando entrevistamos o Coordenador Regional da Comissão Pastoral da Terra do Piauí (CPT-Piauí), Altamiran Lopes Ribeiro, sobre as particularidades do Programa de Regularização Fundiária do Estado do Piauí¹⁰. No segundo dia, entrevistamos o juiz Heliomar Rios Ferreira (da Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus do Piauí) e, também, a coordenação executiva do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), tratando dos objetivos de nossas pesquisas que se fundamentam nas questões agrárias atuais do Sudoeste Piauiense. Em sequência, no dia 15 de junho, seguimos rumo Sul do estado, até o município de Cristino Castro, onde pernoitamos.

No dia 16, quarto dia de campo, iniciamos o trajeto pelas comunidades camponesas do Sudoeste Piauiense, incluindo as visitas realizadas no Maranhão (não abarcadas pela especificidade deste artigo) conforme ilustra o Mapa 1, a seguir.

¹⁰ Em dezembro de 2017, o MPF expediu recomendação ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e ao Banco Mundial para que a Lei Estadual nº 6.709/2015 (lei estadual de regularização fundiária) seja suspensa nas áreas ocupadas por comunidades tradicionais na região Sudoeste do estado do Piauí (MPF, 2017).

Mapa 1: Trajeto percorrido no trabalho de campo



Base de dados: IBGE (2018); Elaboração: Felipe Augusto Scudeller Zanatta, 2018.

Assim, no dia 16 de junho, a primeira comunidade visitada foi o Assentamento Rio Preto (ponto 1), a segunda foi a comunidade Salto 1 (ponto 2), seguida da comunidade Morro D'Água e comunidade Melancias (ponto 3 e 4, respectivamente).

No dia 17 de junho, quinto dia de campo, analisamos uma voçoroca (ponto 5) formada pela agricultura extensiva de soja próxima à escarpa do planalto Guaribas. Seguimos

até a comunidade Vão do Vico (ponto 6) e o Povoado Sete Lagoas (ponto 7), chegando, no início da noite, à comunidade Santa Fé (moradia do padre João Myers¹¹, ponto 8) e pernoitando na comunidade Chupé (ponto 9).

No dia 18, sexto dia do campo, visitamos a comunidade Brejo das Meninas (ponto 10) em direção a comunidade Baixão Fechado (ponto 11), seguindo para o município de Santa Filomena (ponto 12), no extremo Sudoeste do estado do Piauí. No dia 19 de junho, sétimo dia de campo, no Maranhão, entrevistamos o padre Alex Lafuente, em sua chácara (ponto 14), em Alto Parnaíba (MA), município maranhense vizinho de Santa Filomena (PI) e, posteriormente, seguimos para o pernoite no município de Balsas (ponto 15).

Do centro de Balsas, dirigimo-nos até a região conhecida como “Gerais de Balsas”, localização da Vila Batavo (um povoado formado pelo Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas - “Projeto Batavo”) com o objetivo de conhecer a Associação São Francisco, no Assentamento e Escola Família Agrícola (EFA) do Rio Peixe (pontos 16 e 17, respectivamente).

Com base no exposto, a fundação teórica de nossa pesquisa considera o espaço geográfico não como uma concepção geométrica, amorfa ou sem vida, mas sim, de materialidade, que inclui a natureza e os objetos sociais herdados de outros tempos históricos, além da vida social presente, que é também herdada, mas permanece contraditoriamente (re)existente. Ou seja, estamos falando de *território usado*:

(...) quando quisermos analisar qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).

Assim, analisando o fenômeno do controle de terras pelo capital financeiro, Frederico (2016, p. 43) orienta:

Trata-se, em outros termos, de pensar como no atual contexto histórico, as investidas para a apropriação de terras e recursos pelo capital financeiro e Estados, articulados com governos, corporações, investidores institucionais, instituições supranacionais e intermediários nacionais e locais, alteram a organização pretérita de determinado território, induzindo a novas formas de cooperação e conflito.

Partindo desse pressuposto, isto é, da concepção de *território usado* como o espaço concreto de existência e disputa de todas as empresas, instituições, indivíduos e organizações

¹¹ O Padre João Myers é um sujeito histórico na resistência da classe camponesa local contra os grileiros. Responsável pela abertura de estradas entre as comunidades, o missionário da ordem dos combonianos, hoje com 90 anos, circula diariamente a região do Sudoeste Piauiense, rezando missas e orientando os povos.

civis, também nos nutrimos de outras noções geográficas metodológicas, como os conceitos de rugosidades¹², tecnosfera e psicofera (SANTOS, 2009).

Desta forma, no artigo, sintetizamos as informações coletadas, em dois subitens: 1. Território usado e horizontalidades nas comunidades camponesas; e 2. Verticalidades decorrentes do avanço do agronegócio e horizontalidades consequentes.

Visando o melhor detalhamento dos objetivos propostos e utilizando-se da metodologia definida, duas comunidades camponesas piauienses despontaram como emblemas dos processos que queremos descrever e analisar: 1. a comunidade Melancias, a) pela minuciosidade com que foram observados os impactos ambientais decorrentes do avanço do agronegócio no local, b) pela forte mobilização de sua população em defesa de sua forma de produção e de vida ecologicamente viáveis e c) pelo enfrentamento contra a apropriação ilegítima de seu território; e 2. a comunidade Baixão Fechado, pela forma em que a verticalidade do controle de terras pelo capital financeiro, intermediado por grileiros, avança sobre o território ocupado pela comunidade desde tempos imemoriais.

Território usado e horizontalidades nas comunidades camponesas do Sudoeste do Piauí

As bases de vida das comunidades impactadas pelo avanço das práticas do agronegócio e pelo projeto de desenvolvimento regional do MATOPIBA no Sudoeste do Piauí são diversas em termos de tamanho de área total, número de famílias e grau de acesso à instrumentação técnica de produção e vida. Mas podem-se observar, com clareza, grandes semelhanças de organização do cotidiano entre as comunidades visitadas: o tempo de ocupação, o respeito à biodiversidade (agro)ecológica, o modelo de produção agrícola e a solidariedade orgânica (SANTOS, 2009) estabelecida dentro e entre as comunidades, convergindo com a definição de ambientalismo dos pobres metodologicamente conceituada.

Em relação ao tempo de existência das comunidades, todos os entrevistados¹³, afirmaram que a ocupação de suas famílias remonta um tempo anterior ao da vida dos seus avós ou bisavós (últimos parentes conhecidos). Na comunidade Melancias, especificamente, foi relatado que a vida dos mais antigos moradores era baseada na agricultura e na caça para subsistência.

¹² “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição (...) as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (...) e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2009, p. 140).

¹³ Os entrevistados tinham entre 40 e 65 anos.

O histórico de consciência (agro)ecológica¹⁴ nas práticas das comunidades da região analisada refletiu-se, por exemplo, no estabelecimento, em 2017, de uma Unidade de Conservação (UC), do tipo Área de Proteção Ambiental (APA), de instância estadual (Piauí), denominada “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto”, configurando-se como grupo de uso sustentável. A APA, que abrange as comunidades Cabeceira do Rio, Fazenda Passagenzinha, Passagem da Negra, Sumidouro, Brejo das Éguas, Brejo dos Cavalos, Melancias e Morro D’Água, possui cerca de 60 mil hectares de área poligonal em sua proposta. De acordo com os estudos dessa área de proteção, a mesma abrange a nascente do Uruçuí-Preto e outros cursos d’água que possibilitam sua perenidade. A APA “engloba áreas do vale fluvial recobertas por vegetação de cerrado e matas de galeria bem conservadas, que sustentam uma flora e fauna diversa” (SEMAR, 2017, s/ p.).

Se, por um lado, percebe-se que a evolução dos problemas socioambientais nas áreas rurais ocorrem, principalmente, em decorrência do desenvolvimento de uma intencionalidade econômica vinculada ao mercado global de *commodities* e de terras agrícolas (ANA, 2018; BARBIRATO; SOUZA, 2018; FIAN; REDE; CPT, 2018; GRAIN; REDE, 2018), por outro, observamos que o manejo sustentável da produção agrícola é condição *sine qua non* para a existência da agricultura familiar e camponesa.

É notável, por exemplo, o fato de que as comunidades desenvolvem-se em pequenas áreas e têm uma dependência imediata da produtividade natural oferecida pelo terreno para a subsistência. Assim, é comum que os moradores das comunidades busquem desenvolver manejos agrícolas que proporcionem a menor degradação possível das condições ambientais (principalmente dos solos e da água), na intenção de que esse terreno continue proporcionando os atributos de qualidade necessários para os cultivos no decorrer da vida da família agrícola. A foto 1, no final deste item, apresenta a restauração de uma nascente impactada pelo agronegócio, na comunidade Rio Preto, realizada pelos moradores Lindomar e Zuleide.

Uma consideração exemplar a respeito dos atributos culturais relacionados aos aspectos mais naturais da localidade é a utilização de práticas tradicionais de medicina. Entre essas práticas, a fitoterapia, ou seja, a utilização de plantas medicinais como recurso de promoção de saúde, foi relatada como prática comum em todas as comunidades visitadas. Salienta-se que a fitoterapia, caracterizada pelo Ministério da Saúde como “o uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas”, é considerada, pelo mesmo órgão “como um incentivo ao “desenvolvimento comunitário”, à “solidariedade” e à “participação social”” (BRASIL, 2006, s/ p.). De acordo com a Portaria nº 971 de 03 de maio de 2006, desde

¹⁴ Os saberes populares dos viventes dessas comunidades foram acumulados entre as gerações e encontram-se imbricados nas práticas produtivas e de modo de vida atualmente. Essa tradicionalidade reflete no respeito à biodiversidade (agro)ecológica.

1978, a Organização Mundial da Saúde tem se expressado a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário.

Resumidamente, podemos afirmar que as comunidades camponesas na região visitada, além de responsáveis pela preservação do ambiente físico e biológico (promovendo preservação e restauração de nascentes, corpos d'água, solo, biomassa vegetal e biodiversidade da fauna e flora), auxiliam na preservação de práticas culturais comprovadamente benéficas, tanto para a população local quanto para o desenvolvimento social de forma geral. Isso porque a agricultura camponesa trata de uma inter-relação direta entre o indivíduo e o meio ambiente, que apenas será mantida se mediada pela produção agrícola ecologicamente viável e historicamente aprendida. Especificamente, somente a área da comunidade de Melancias abrange cinco nascentes, as quais se encontram preservadas pelos moradores que necessitam dos corpos d'água para consumir e produzir na área de roça.

O modelo de produção agrícola (agricultura e pecuária) que as comunidades instituem no seu território é um dos aspectos mais importantes a respeito de um “desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente viável e economicamente sustentado” (SACHS, 2010, p. 36), que para nós, em termos agrários, significa a manutenção da vida local de forma digna (considerando aspectos econômicos e culturais), com base em atividades produtivas ecologicamente viáveis em longo prazo e que promovem Segurança Alimentar e Nutricional¹⁵ e Soberania Alimentar¹⁶.

Nas comunidades visitadas, a manutenção da vida local depende fundamentalmente da produção de alimentos pelos moradores, ou seja, é consoante o tipo produção fundamentalmente para subsistência. É comum, entre as comunidades, a produção de quase tudo que se consome: sobretudo, arroz, feijão, fava, mandioca e milho. É comum, também, a pesca e a criação de animais, como bovinos, suínos e aves, apesar de que a quantidade criada é bastante heterogênea entre as diferentes localidades. É notável que apenas a Comunidade Melancias consiga, atualmente e frequentemente, vender algum excedente de suas produções.

Tradicionalmente, o gado era criado solto, percorrendo grandes distâncias entre a vegetação preservada do Cerrado. Contudo, a partir da década de 1980, com maiores conflitos no final da década 1990, intensificando-se a partir da década de 2000, a apropriação dos planaltos (popularmente conhecidos como chapadas)¹⁷ pelo agronegócio impede que

¹⁵ “Segurança alimentar e nutricional consiste no direito ao acesso permanente a alimentos de qualidade (...) tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006b, s/ p.).

¹⁶ Soberania alimentar é o “direito que tem os povos de definirem as políticas (...) sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir”. É “a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras (...) sobre sua cultura e sobre os bens da natureza” (MACHADO, 2017, s/ p.).

¹⁷ Áreas de relevo plano e altitudes geralmente superiores a 800m, originalmente ocupadas pela vegetação de Cerrado. Estas são as áreas utilizadas para a produção do agronegócio devido à facilidade de mecanização da produção em larga escala e pelas condições edafoclimáticas favoráveis.

esse tipo de criação exista. Não obstante, todas as comunidades relataram perceber mudanças no nível de produtividade de suas atividades agropecuárias, essencialmente, devido aos impactos ambientais causados pelo avanço do agronegócio na região - tema que será tratado no próximo item deste artigo.

A “roça de toco” é um tipo de manejo agrícola do tipo ecologicamente viável comum entre todas as comunidades. Como observado de forma aprofundada na comunidade Melancias, a roça de toco é um tipo de organização cíclica (rodízio) do cultivo agrícola. Refere-se a um método que consiste, primeiramente, na queimada controlada e no corte (normalmente, manual) de árvores, mantendo os troncos mais grossos plantados, a uma altura de cerca de 30 centímetros, deixando os “tocos” com raízes no terreno. Esse terreno é cultivado por um período entre um e dois anos e, após o período máximo de dois anos cultivados, a roça é transferida de lugar, deixando a vegetação original voltar a desenvolver-se naturalmente. Conforme relatado na comunidade, a biodiversidade característica do bioma Cerrado leva cerca de cinco anos para recompor-se. A rapidez dessa recomposição ocorre devido à preservação das raízes das árvores endêmicas do Cerrado no solo onde é implantada a roça. As Fotos 2 e 3, no final deste item, demonstram o tipo de produção da “roça de toco” e do rodízio. A primeira foto ilustra o toco remanescente da vegetação original em meio à roça (produção de fava). A segunda foto retrata a recomposição da vegetação, naturalmente ocorrida em um período de, aproximadamente, cinco anos após o abandono cíclico da roça no local.

Prosseguindo no relato sobre os aspectos comuns observados no desenvolvimento cotidiano das comunidades visitadas, nos aprofundaremos no conceito de solidariedade orgânica que, para Santos (2009, p. 246), diz respeito a uma “territorialidade absoluta de um grupo”, onde “identidade, exclusividade e limites” são características predominantes. Nesse sentido, observamos diversos aspectos que demonstram essa solidariedade orgânica nas comunidades visitadas. Por exemplo, as roças são, normalmente, plantadas e colhidas de forma coletiva, através de mutirão, sobretudo, devido à carga de trabalho na abertura da roça, no plantio e na colheita¹⁸.

Outro aspecto é a mobilização das comunidades em torno de sua luta. Em Melancias, a busca em oficializar-se como povo tradicional, do tipo ribeirinho, remonta a década de 1990, quando houve as primeiras mobilizações locais para discussão do tema. Em 1992, houve a primeira tentativa de regularizar a posse de terras de um conjunto de moradores de Melancias, junto ao INTERPI. Porém, de acordo com os relatos coletados, a regulamentação da época

¹⁸ Ainda que todas as comunidades tenham afirmado manter roças familiares - de forma que cada família cultiva e maneja sua roça -, observamos que a solidariedade entre os moradores resulta em um trabalho quase sempre coletivo nas etapas iniciais e finais do rodízio de roças de toco.

permitia regularizar apenas, como posse temporária, até 120 hectares, de acordo com a quantidade de membros por família.

Ainda de acordo com os relatos, a criação de um assentamento, que abrangesse a área da comunidade de Melancias e as comunidades no entorno, começou a ser construída entre 2003 e 2004, em reuniões entre as comunidades interessadas. O assentamento não foi criado devido complicações de documentos técnicos que afirmavam que o trajeto à área do requerido assentamento seria de difícil acesso, além de um documento que afirmava, falaciosamente, que não havia pessoas vivendo ali.

Porém, somente na área de, aproximadamente, 30 mil hectares reivindicada por parte das comunidades organizadas na APA “Nascentes do rio Uruçuí-Preto” existem mais de 53 famílias mobilizadas pela oficialização de um assentamento rural que esteja protegido dos impactos humanos e ambientais do agronegócio. A foto 4, abaixo, retrata a mobilização para discussão da questão fundiária da comunidade Melancias e entornos, ocorrida no dia 16 de junho de 2018.

Existem, ainda, cerca de 20 famílias que estão localizadas próximo à cabeceira do rio Uruçuí-Preto, fora da área denominada Melancias, mas englobadas pela APA “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto”. As famílias que não fazem parte do movimento vivem nas comunidades de Morro D’Água, Serra Partida e Sumidouro, mas são consideradas, pelos organizados, como igualmente beneficiárias no caso de regularização do uso e posses das terras.

De maneira geral, ao analisar as práticas cotidianas dessas comunidades, percebe-se que suas horizontalidades são dependentes da manutenção e do respeito à biodiversidade (agro)ecológica. Ou seja, o trabalho e a política desenvolvidos por esses sujeitos convergem com a definição de um ambientalismo próprio e necessário para suas existências.

Fotos 1, 2, 3 e 4: Registros fotográficos (horizontalidades orgânicas)

Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4



Foto 1: Nascente recuperada (Rio Preto); Foto 2: Roça de toco (Melancias); Foto 3: Cinco anos de vegetação recomposta em roça de toco abandonada (Melancias); Foto 4: Mobilização em Melancias; Fotos: Spadotto; Coguetto, jun. 2018.

Verticalidades decorrentes do avanço do agronegócio e horizontalidades consequentes no Sudoeste Piauiense

As disputas agrárias no Sudoeste Piauiense intensificaram-se a partir da década de 2000 com avanço da fronteira do agronegócio, impulsionada pelo *boom* das *commodities* e do preço da terra (DELGADO, 2012). Essa situação é similar no estado do Tocantins, mas é diferente (ao menos em termos cronológicos sistematizados) nos estados da Bahia e do Maranhão, onde o agronegócio se consolidou a partir da década de 1990.

Mesmo com diferenças normativas entre as Unidades Federativas citadas, a psicofera da modernização agrícola invadiu o interior desses estados a partir do que ficou definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como “Projeto Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” (MIRANDA, 2015).

Foi neste contexto de efetivação de um planejamento vertical - isto é: uma verticalidade ou, ainda, uma regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2004) -, para atender às demandas hegemônicas, sobretudo da produção de *commodities* agrícolas e do controle de terras pelo capital financeiro que as disputas territoriais na região tomaram proporções internacionais.

No cerne deste conflito, caracterizado por ser um espaço de uso e sentido disputados cotidianamente, encontram-se as comunidades do Sudoeste Piauiense. Assim, a resistência¹⁹ da classe camponesa local fundamenta-se contra dois principais tipos de verticalidades: 1. verticalidades sobre as questões fundiárias (pela posse da terra, como os conflitos entre grandes empresas ou grileiros *versus* posseiros) e 2. verticalidades sobre o meio ambiente (pelo uso intensivo do solo pelo agronegócio, desmatamento e utilização de agrotóxicos em larga escala, que afetam as populações locais).

Como emblema das verticalidades incidentes nas questões fundiárias, trazemos o caso da Comunidade "Baixão Fechado", situada no Município de Santa Filomena (PI). Lá vive o senhor João²⁰, de 65 anos, que sofre ao menos desde 2010, com as ações violentas vindas, segundo seu relato oral, de funcionários de um sujeito conhecido por ser o "maior grileiro do Sul do Maranhão", segundo aponta investigação do Repórter Brasil²¹.

¹⁹ Por definição, compreendemos resistência como não ceder ou sucumbir a uma ou várias ações externas. A resistência apresenta-se como aspecto máximo de uma horizontalidade consequente das verticalidades na região, ou seja, decorrente da expansão das imposições hegemônicas no território das comunidades.

²⁰ João é um nome fictício. O nome verdadeiro foi preservado por questões éticas e proteção à testemunha.

²¹ Em 02 de Setembro de 2018, o Repórter Brasil publicou um artigo, distribuído pelo El País, em que aponta todas as investigações contra Euclides De Carli. Ele foi citado também, em 2015, pelo jornal The New York Times, no caso das fazendas controladas por sócios do TIAA e da Cosan (CAMARGOS, 2018; ROMERO, 2015).

Segundo o senhor João, esse tipo de ação violenta ocorre, pelo menos, desde julho do citado ano (2010), quando suas terras cultivadas desde os tempos de seus bisavôs (ou seja, por volta de finais do século XIX e início do século XX), foram invadidas e todos os moradores da comunidade Baixão Fechado foram ameaçados pelos funcionários do citado sujeito, conforme o aponta Boletim de Ocorrência²². Logo após esse primeiro episódio, no mês seguinte, em agosto 2010, houve plantações que foram queimadas pelos mesmos seguranças, conforme relatado por outro Boletim de Ocorrência²³.

Segundo o relato do senhor João, os conflitos voltaram a se intensificar no ano de 2015 com incêndios em suas roças, até que, em novembro de 2016, ele teve sua casa destruída, como pode ser visualizado na Foto 5, ao final deste item.

Um ponto que se salienta nesses fatos é que duas das propriedades agrícolas localizadas muito próximas das terras de posse do senhor João são as fazendas Ludmila e Laranjeiras que, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), disponibilizado pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do INCRA e, também, pelo *Farmland Map*²⁴ do fundo de pensão TIAA, são controladas pela empresa Tellus Brasil Participações S/A – uma empresa gêmea da Radar Propriedades Agrícolas S/A. Esta última, por sua vez, uma sociedade anônima de capital fechado entre a Marsilla Participações Ltda (empresa do fundo de pensão TIAA) e a corporação agrícola Cosan S/A²⁵.

A fazenda Ludmila localiza-se a Sudeste de sua fazenda irmã, denominada Laranjeiras. Ambas localizam-se no extremo noroeste do planalto denominado de “Chapada Até Que Enfim”. Já a Comunidade Baixão Fechado que, segundo os relatos orais obtidos e boletins de ocorrências, sofre com a ação de grileiros, localiza-se no fundo de vale, entre os planaltos da “Chapada Até Que Enfim” e da “Serra do Ovo”, como pode ser observado no “Mapa 2”, a seguir.

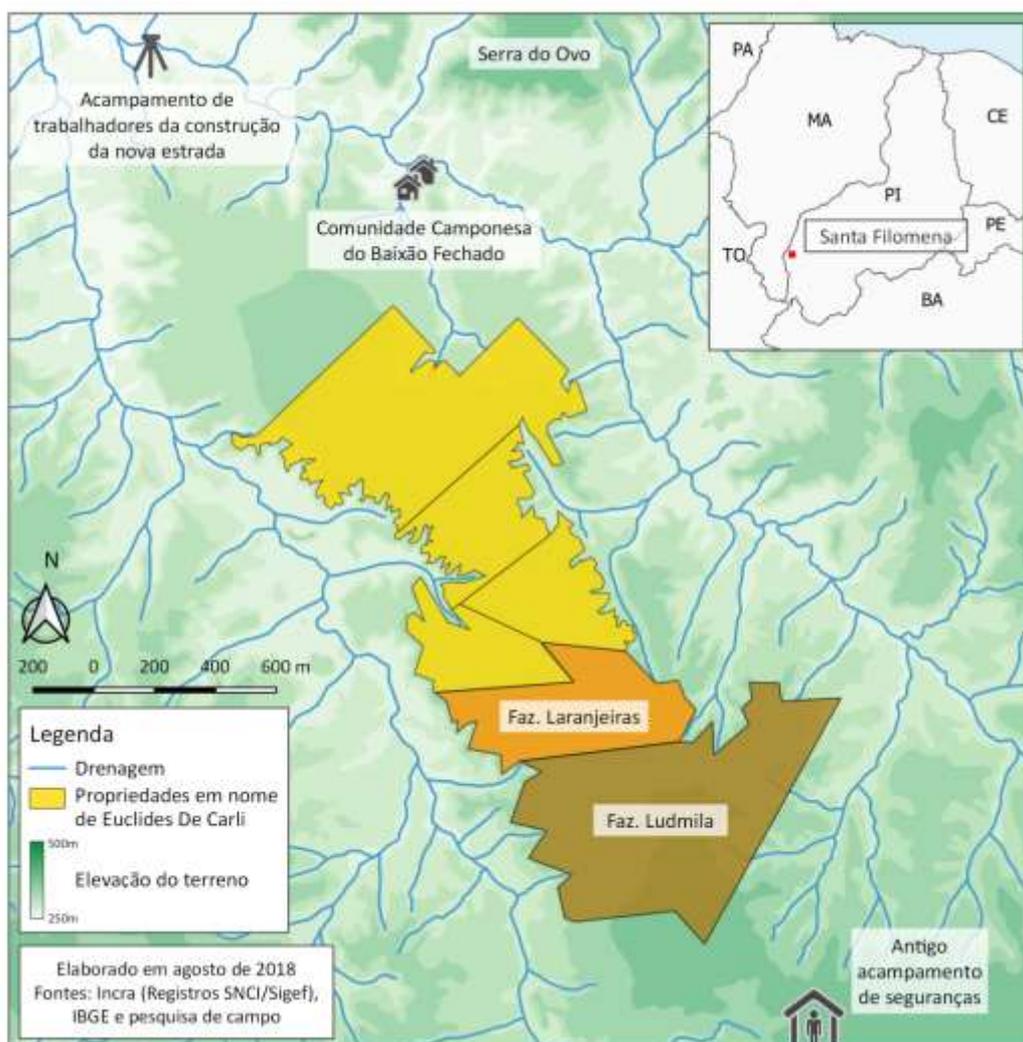
²² Boletim de Ocorrência Nº 52 de 22 de julho de 2010, registrado na Delegacia de Polícia do município de Santa Filomena (PI).

²³ Boletim de Ocorrência Nº 83 de 23 de agosto de 2010, registrado na Delegacia de Polícia do município de Santa Filomena (PI).

²⁴ O TIAA disponibilizou o *Farmland Map* após constrangimentos com seus investidores realizados por organizações da sociedade civil internacional, como a GRAIN e a FIAN. Disponível em: <<https://www.tiaa.org/public/assetmanagement/strategies/alternatives/agriculture/farmlandmap>>. Acesso em: 15 de Ago. 2018.

²⁵ Segundo Diário Oficial do Estado do Piauí (DOEPI), a Licença Ambiental na Fazenda Ludmila foi concedida à Simone de Carli. Página 64, 28 Dez. 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/24017648/pg-64-diario-oficial-do-estado-do-piaui-doepi-de-28-12-2010>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

Mapa 2: Fazendas Ludmila e Laranjeiras na “Chapada Até Que Enfim”



Fonte: INCRA (Registros SNCI/SIGEF, 2018), IBGE (2018) e pesquisa de campo (2018); Elaboração: Wagner Wendt Nabarro, 2018.

Como pode ser observado no mapa anterior (Mapa 2), na Chapada “Até Que Enfim”, além das fazendas Ludmila e Laranjeiras - que segundo apontam os relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (REDE, 2015; 2018) foram negociadas com a sociedade anônima entre Cosan S/A e TIAA - há outras propriedades que De Carli reivindica como sendo o proprietário legítimo. Em outras localidades, também há indícios que De Carli negociou terras com outros grupos financeiros do agronegócio, como a SLC Agrícola (Fazenda Parnaíba) e a Insolo (controladora da Sorovito Agropecuária, que possui participação societária do fundo de investimento da Harvard University). Além disso, outras fazendas na região continuam em nome de referenciado sujeito, mesmo após o bloqueio de mais de 124 mil hectares em seu nome pela Justiça do Piauí, a partir da Vara Agrária da Comarca de Bom

Jesus e do Grupo Especial de Regularização Fundiária e Combate à Grilagem (GERCOG) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI)²⁶.

Segundo Camargos (2018), baseado na análise dos documentos do GERCOG e do MPPI (2018)²⁷, o processo realizado por grileiros na região consiste em utilizar-se de procurações públicas falsificadas para adquirir propriedades a partir de laranjas, contando com a conivência de cartórios de três cidades diferentes do Sudoeste Piauiense, como é explicado detalhadamente na ilustração a seguir (Figura 1):

Figura 1: Esquema de apropriação ilegal de terras (grilagem)



Fonte: Elaborado por Repórter Brasil (CAMARGOS, 2018).

Entretanto, é importante explicar que uma parte importante do processo origina-se antes da procuração assinada pelo “falecido”. Ou seja, a *grilagem stricto-sensu*²⁸: o forjamento do documento de concessão de terras do Estado para o particular. Muitas vezes, isso é feito falsificando uma “Data de Sesmaria”²⁹ ou “Data” como é popularmente conhecido. Origina-se, assim, uma Cadeia Dominial do Imóvel³⁰. Em outras palavras, é o forjamento de um

²⁶ Conforme reportagens do Grande Portal de Notícias do Piauí (RODRIGUES, 2016).

²⁷ Conforme portaria 002 de 25 de Julho de 2016 do Ministério Público Estadual do Piauí (GERCOG, 2016).

²⁸ Para relembrar, “grilagem” é a apropriação ilegal de terras a partir de falsificação de títulos. O termo tem origem no ato de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis fiquem amarelados, conferindo-lhes aspecto antigo, como, por exemplo, de um documento de Sesmaria (INCRA, 2009).

²⁹ Sesmarias são as terras doadas em nome do Império luso-brasileiro aos particulares que pagavam “1/6 (*Seximum* em latim ou sexta parte) sobre os frutos produzidos” à Coroa. A partir da Lei de Terras de 1850, terras que não haviam sido distribuídas pelo regime de Sesmaria foram consideradas terras devolutas, da União.

³⁰ Cadeia dominial é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o atual proprietário. O estudo é feito junto ao Cartório de Registro de Imóveis para o cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) (INCRA, 2009).

documento que atesta que, em algum momento do passado, a terra foi concedida do Estado para um indivíduo ou empresa. Sendo assim, autorizada para revenda a terceiros e, com isso, produzindo um falso histórico de compra e venda da propriedade (i.e. Cadeia Dominial) baseado em procurações falsas. Deste modo, indivíduos que já tenham falecido aparecem como vendedores de uma antiga propriedade a um sujeito mais jovem, o atual falso proprietário. O objetivo é legitimar o imóvel como propriedade privada e, portanto, de não domínio público (da União e/ou devoluta). No caso da área que corresponde à Chapada Até Que Enfim e do fundo de vale da comunidade Baixão Fechado a referida Data é nomeada por “Lagoa”.

Consideramos que, se dado por verídico o relato do senhor João que remonta à ocupação da região por sua família desde os tempos de seus bisavôs - sem nunca alguém ter contestado o uso do solo por sua família - a citada Data Lagoa seria uma fraude. Ou seja, seria um documento falso, forjado (grilado) por profissionais que apenas buscavam criar a cadeia dominial falsa para, posteriormente, realizar todo o processo descrito acima, com base em procurações falsas de compra e venda entre falecidos.

Por outro lado, de acordo a reportagem do Repórter Brasil, De Carli responde às acusações de grilagem de terras no Piauí dizendo que “Já virou folclore. Cada problema coligado com terras, o suspeito sou eu” (CAMARGOS, 2018, s/ p.). E sobre os crimes atribuídos ao mesmo, disse que são frutos da “Inveja e incapacidade de visão do futuro de certas pessoinhas” (CAMARGOS, 2018, s/ p.).

Em resposta às questões apresentadas pelo relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” (FIAN; REDE; CPT, 2018), sobre as questões fundiárias no Piauí e, especificamente, sobre a fazenda Ludmila, o fundo de pensão TIAA, afirma:

Seus investimentos na região do Cerrado buscam apenas “áreas agrícolas já estabelecidas no alto das chapadas.” (...) o TIAA afirma que está dando continuidade ao processo de conversão da área em terra agrícola iniciado pelo proprietário anterior. O fundo afirma que este processo está sendo feito em acordo com as leis brasileiras “e possui todas as licenças ambientais necessárias.” (FIAN; REDE; CPT, 2018, p. 67-68).

Fato é que “em cada lugar o chamado tempo do mundo [neste caso, o tempo do controle de terras pelo capital financeiro] convive com outros tempos, desejando dissolvê-los. Isso, porém, apenas é possível parcialmente. A materialidade herdada [nesse caso, as comunidades camponesas] reage às ações novas” (SANTOS, 2009, p. 150, colchetes nosso). Assim, a mobilização popular pela defesa do território das comunidades resulta em uma série de tentativas de resistência.

Emblemático nesse aspecto foi a realização, no dia 19 de junho de 2018, de uma reunião das comunidades do Sudoeste Piauiense “em busca de mecanismos fortalecedores da resistência aos grandes projetos do agronegócio e na defesa de seus territórios” (CPT,

2018, s/ p.). Esse evento reuniu cerca de 35 participantes (em sua maioria, representantes das comunidades, como Melancias e Baixão Fechado) que concordaram com a criação do Coletivo das Comunidades Impactadas como estratégia de resistência. O Coletivo terá como propósito consolidar “a unidade das lutas na defesa dos territórios e contra o agronegócio” (CPT, 2018, s/ p.).

A respeito das verticalidades que afetam a viabilidade da agricultura dos camponeses e o equilíbrio ecossistêmico³¹, as investigações realizadas na comunidade Melancias evidenciaram os impactos que foram relatados em todas as comunidades visitadas, como se pode observar no Quadro 1, ao final deste item, que resume as verticalidades observadas nas comunidades visitadas em: 1. “Verticalidades sobre as questões fundiárias” e 2. “Verticalidades sobre as questões ambientais”.

O avanço do agronegócio monocultor na região produz impactos que influenciam tanto os aspectos mais básicos da vida, quanto a produção agrícola dos moradores dos fundos de vales (popularmente conhecidos por Baixões)³². De acordo com os relatos coletados, diversas práticas agrícolas que garantiam a subsistência dos moradores estão ameaçadas. Analiticamente, esse impedimento demonstra-se decorrer de alguns fatores observáveis: desmatamento, mudanças nos regimes de chuvas, rarefação dos cursos d’água, erosão, aumento da turbidez dos corpos d’água e uso desmedido de agrotóxico nos planaltos.

O desmatamento ocorrido nos planaltos diminui drasticamente a diversidade da fauna endêmica. No desmate dos terrenos para a produção da monocultura extensiva, além da evidente retirada de *habitat* da fauna regional, a técnica utilizada é reconhecidamente violenta. A utilização do “correntão”, constatada em trabalho de campo (Foto 6, ao final deste item) trata-se do uso de uma corrente presa a dois tratores, com peso suficiente para ser puxada rente ao solo, derrubando árvores e, frequentemente, matando ou ferindo animais que não conseguem fugir³³. A retirada da vegetação dos planaltos também inclui, notadamente, a retirada de algumas plantas medicinais, as quais os moradores relataram encontrar apenas naquelas áreas.

De acordo com os moradores das comunidades de Melancias, Vão do Vico e Baixão Fechado, as mudanças nos regimes de chuvas e rarefação dos corpos d’água tornaram-se

³¹ Os impactos ambientais do agronegócio, a nível regional e mundial, são analisados em inúmeras publicações, incluindo instituições nacionais, internacionais e supranacionais das quais, a título de fundamentação, podemos citar: IPCC (2014), PBMC (2013) e Azevedo e Monteiro (2003).

³² Tradicionalmente, os posseiros e camponeses vivem nessas áreas (baixões), por onde correm os principais rios da região e seus afluentes e onde construíram suas comunidades, por conta da presença de terras férteis, da facilidade de locomoção e acesso à água.

³³ Largamente utilizado pelos produtores e especuladores do agronegócio, o “correntão” é vendido em páginas da internet e acompanha, inclusive, sugestões para evitar a fiscalização e facilitar o financiamento pelo Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) (CARVALHO, 2018).

observáveis na última década³⁴. Os relatos indicam que essa mudança no regime das chuvas impactou diversas nascentes de rios, deslocando-as ou extinguindo-as. Consequentemente, a recarga dos corpos d'água também são impactados, mudando drasticamente o nível de água disponível para a vida aquática, para a utilização pelos moradores e para o abastecimento da rede hidrográfica regional. A foto 7, no final deste item, ilustra, por exemplo, o senhor Juarez apontando a altura mais baixa da vazão que o rio alcançava antes o agravamento dos impactos.

A retirada de biomassa vegetal dos planaltos sem o adequado manejo das curvas de nível promove diversos pontos de erosão apontados pelos entrevistados e observáveis a quem visita a região. O estágio avançado desse tipo de erosão é a voçoroca, que é um fenômeno erosivo de difícil controle e ocorre quando a erosão atinge o nível subterrâneo do escoamento das águas. Pelo menos duas grandes erosões foram observadas no trabalho de campo: em Morro D'Água e Melancias (Foto 8, no final deste item).

A respeito da erosão relatada pelos moradores de Melancias, os entrevistados presumem que ela teve início no final do ano de 2016, no período chuvoso da região, e aumenta constantemente. No ano seguinte, a vegetação (Veredas) ao redor da erosão secou, devido aos sedimentos que assorearam os brejos (pequenos e médios fluxos de água perenes que abastecem os rios maiores). De acordo com o senhor Juarez, morador de Melancias, após o manejo das curvas de nível nas fazendas do planalto, a erosão diminuiu seu ritmo de crescimento, o que faz com que os moradores acreditem que um manejo adequado do ambiente cesse a erosão e impeça o surgimento de outras.

O assoreamento³⁵, como o relatado em Melancias, influencia o desenvolvimento da vida animal e vegetal no ambiente impactado. Como consequência do acúmulo de partículas nos rios, por exemplo, a turbidez da água promove o afugentamento de peixes e impacta negativamente o ciclo reprodutivo da vida aquática na região. Nos últimos anos, partir da ocorrência desses fenômenos, os moradores relataram haver diminuição drástica no número de peixes nos rios das comunidades, fazendo com que a pesca deixasse de ser uma atividade comum na subsistência dos moradores.

No caso da viabilidade da agricultura dos camponeses dos fundos de vale, além da menor quantidade de chuvas, que dificulta o desenvolvimento das roças e dos buritizais, os

³⁴ O Sr. Juarez (entrevistado na comunidade Melancias) observou que a ocorrência de chuvas atualmente se diferencia largamente do que ocorria há quinze anos. Antes, chovia de forma quase contínua entre outubro e abril. Agora, a chuva é mais escassa, estimando que a chuva tenha ocorrido por cerca de um mês apenas.

³⁵ A partir da erosão ocorre o assoreamento, que são compostos por partículas transportadas, sobretudo, pela ação das águas da chuva e pelos escoamentos superficiais e subterrâneos, depositadas em áreas baixas do relevo, sedimentando-se em calhas, rios, lagos, etc.

principais obstáculos são gerados pelo uso descontrolado dos agrotóxicos³⁶ nos planaltos, que desencadeiam a proliferação de pragas (*i.e.* mosca-branca) e dificuldades no manejo das roças, como explicitado no parágrafo a seguir.

Caracterizando-se como fortes agentes na produção do agronegócio, o uso dos agrotóxicos tem, basicamente, a função de eliminar todos os organismos do ambiente onde é aplicado, com exceção de plantas determinadas que são resistentes ao veneno. Assim, a devastação da biodiversidade nos planaltos, providenciada, sobretudo, pelo desmate e pela utilização dos agrotóxicos, promove o desequilíbrio ecológico, auxiliando na proliferação de pragas³⁷ e as afugentando para os fundos de vales.

A mosca-branca (*Bemisia argentifolii*)³⁸ é considerada pelos moradores como uma praga surgida com a consolidação do agronegócio na região. Essa espécie de inseto se hospeda em cultivos de feijão, arroz, mandioca e milho e também devasta os cultivos de abóbora e hortaliças com grande facilidade, além de ser relatada como principal elemento que tem contribuído com a improdutividade dos cultivos de fava em toda a região analisada (foto 9, ao final desta página). Além da mosca-branca, tem ocorrido a proliferação de um tipo de capim (*Setaria parviflora*)³⁹ (foto 10, ao final desta página), que compete com o desenvolvimento dos cultivos e dos pastos que serviriam de alimentação dos animais e retarda a recomposição da vegetação nativa nas roças de toco abandonadas ciclicamente. Este capim não serve para qualquer tipo de alimentação (humana ou dos animais criados), caracterizando-se como um obstáculo ao desenvolvimento dos espaços dos cultivos agrícolas camponeses e proliferando-se rapidamente pelos terrenos.

³⁶ Termo que denomina tipos de pesticidas: substâncias químicas ou agentes biológicos tóxicos que agem para eliminar diversos tipos de organismos, como bactérias (bactericidas), insetos (inseticida), plantas (herbicidas), fungos (fungicidas), ácaros (acaricidas), etc., e, por isso, comumente conhecidos como um tipo de veneno.

³⁷ Em suma, plantas e animais que se proliferam com maior facilidade em ambientes desequilibrados.

³⁸ A mosca-branca é muito presente em regiões agrícolas modernas. Os danos causados são: a sucção de seiva que enfraquece as plantas; o depósito de toxinas que provocam crescimento desuniforme dos tecidos vegetais; a secreção de uma substância açucarada que favorece a fumagina, o que impede a fotossíntese nas plantas.

³⁹ O capim recebe diferentes denominações entre as comunidades, como “capim rabo de raposa” ou “capim búfala”.

Fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10: Registros fotográficos (horizontalidades consequentes)



Foto 5



Foto 6



Foto 7

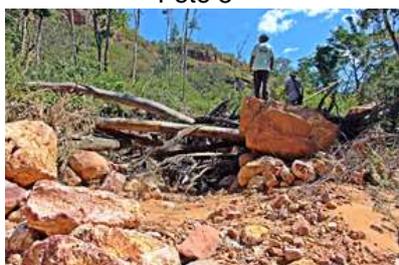


Foto 8



Foto 9

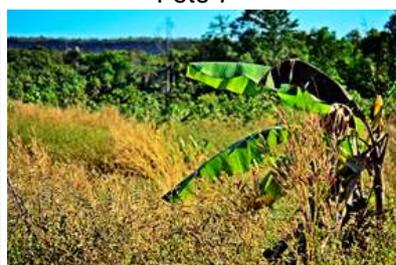


Foto 10

Foto 6: Senhor João e a sua casa queimada em 2016 (Baixão Fechado); Foto 7: Trator do “correntão”, em amarelo, ao fundo, na “Chapada Até Que Enfim”, em 18 jun. 2018; Foto 8: Senhor Juarez apontando o nível mais baixo que o rio alcançava (Melancias); Foto 9: Erosão visitada em Melancias; Foto 10: Os diferentes desenvolvimentos da fava (Melancias); Foto 11: Recomposição natural da vegetação impedida pelo capim “rabo de raposa” (Melancias);
Fotos: Spadotto; Coguetto, jun. 2018.

Quadro 1: Verticalidades nas comunidades visitadas

Comunidade	Verticalidades sobre as questões fundiárias (grilagem)*	Verticalidades sobre as questões ambientais**
Rio Preto	Primeiros conflitos na década de 1990; Acirrados em 2000 e explicitados em 2007.	Mudanças climáticas: extinção de nascentes; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa; Gado abatido quando sobe para a serra.
Morro D'Água	Primeiros conflitos no ano 2000 com violência. Em 2004 começaram as ameaças com base na grilagem.	Turbidez do brejo; Voçoroca; Extinção do capim que servia de alimento para o gado.
Melancias	Primeiros conflitos na década de 1980, acirrados a partir de 2000, com descaso explícito do Estado.	Mudanças climáticas: diminuição do regime de chuva e do nível dos corpos d'água; Extinção de nascentes; Turbidez dos rios; Escassez de peixes; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa e mosca-branca; Voçoroca; Improdutividade da agricultura (sobretudo, fava); Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos.
Vão do Vico	Primeiros conflitos com violência no final da década de 1960 com grileiros (família Avelino); Conflito há cerca de 4 anos com a empresa Damha.	Mudanças climáticas: diminuição do regime de chuva e do nível dos corpos d'água; Deslocamento de nascentes; Turbidez dos rios; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa e mosca-branca; Problemas de saúde (com forte cheiro) e ambientais (sobretudo, impacto no buritizal e extinção de abelhas) por agrotóxicos; Desaparecimento de fauna: abelhas.
Chupé	Conflitos com grileiros a partir de 2010.	Proliferação de pragas: mosca-branca; Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos; Desaparecimento de fauna: espécies de pássaros.
Baixão Fechado	Conflitos com grileiros a partir de 2010.	Extinção de nascentes; Turbidez dos rios; Escassez de peixes; Proliferação de pragas: mosca-branca; Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos.

Fonte: Informações coletadas em trabalho de campo pelos autores, 2018;

*Segundo informação oral coletada, referente aos primeiros conflitos;

**Segundo informação oral coletada, referente ao avanço do agronegócio.

Considerações finais

Conforme apresentado neste artigo, foi possível evidenciar a contradição e os conflitos decorrentes da disputa por diferentes usos do território na região intermediária do Sudoeste Piauiense, um uso dedicado à agricultura camponesa e outro dedicado ao agronegócio globalizado.

Correspondentemente, verificou-se a contradição entre uma solidariedade orgânica da classe camponesa, representada pelo trabalho coletivo desenvolvido no preparo, plantio e colheita nas roças e na mobilização coletiva em defesa da posse da terra, *versus* uma solidariedade organizacional do agronegócio globalizado, representado pelos planos econômicos estatais (como o “Projeto de Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” do Governo Federal, e o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial), pela entrada de grandes empresas financeirizadas na região e pela intermediação realizada por grileiros, coronéis, aliciadores, cartórios, juízes e políticos locais para a apropriação de terras.

Na solidariedade orgânica, a classe camponesa constrói sua vida buscando enfrentar os desequilíbrios entre o estabelecimento de seu cotidiano social, sua produção agrícola e o ecossistema em seu entorno. Essa (re)existência se configura em um ambientalismo dos pobres (MARTINEZ-ALIER, 2002), isto é: uma organicidade pela manutenção da biodiversidade (agro)ecológica regional, da qual a existência da própria classe camponesa é diretamente dependente. Esse aspecto foi evidenciado pela mobilização coletiva em defesa da preservação das nascentes e dos rios regionais em Melancias. Neste ponto, concluímos que, caso aceitas as reivindicações da organização da classe camponesa local, que inclui a legitimação de um assentamento rural para as terras da maioria das comunidades inseridas na APA “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto” (isto é, terras que vão da Comunidade Morro D’Água até a Comunidade Negas), boa parte desta área (cerca de 30 mil hectares) seria desenvolvida de forma (agro)ecologicamente viável.

Por outro lado, sob o ponto de vista do imperativo da competitividade do mercado, é notável que apenas a Comunidade Melancias - por possuir um domínio territorial abrangente, além de uma instrumentação educacional e técnica de seus moradores - consegue, atualmente e frequentemente, vender algum excedente de suas produções.

Por fim, a partir do par dialético conceitual de horizontalidades e verticalidades, conseguimos analisar os impactos territoriais que o avanço do agronegócio globalizado e do controle financeiro de terras provoca sobre as comunidades locais. Especificamente, evidenciamos: 1. as verticalidades sobre as questões fundiárias pela posse da terra, como os conflitos entre empresas (intermediadas por grileiros) *versus* os posseiros camponeses; 2. as verticalidades sobre o meio ambiente pelo uso intensivo do solo pelo agronegócio, pelo desmatamento e pela utilização de agrotóxicos em larga escala, que afetam as populações locais; e 3. as horizontalidades consequentes das citadas verticalidades, evidenciadas pela resistência camponesa local organizada em defesa da posse e uso de suas terras habitadas desde tempos imemoriais.

Referências

ALVES, V. E. L. **O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão.** Revista Agrária, São Paulo, Ano: 10/11, p.73-98, 2009.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Soja no Brasil: pobreza, violência e insegurança alimentar.** Publicado em ago. 2018. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2018.

AZEVEDO, A.; MONTEIRO, J. **Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no Cerrado e suas inter-relações com os recursos hídricos na região do Pantanal.** Brasília: WWF, 2003. Disponível em: <http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_impactos_atividade_agropecuaria_cerrado_pantanal.pdf>. Acesso em 30 jun. 2018.

BARBIRATO, F. E. L.; SOUZA, L. I. MATOPIBA: a expansão da agricultura em remanescentes de vegetação nativa de bioma Cerrado. In: **Sustentabilidade em debate.** n. 7, jul. 2018. Disponível em: <http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5b97b2571bff0_sustentabilidade_imaflora_07_DIGITAL.pdf>. Acesso em 13 set. 2018.

BORRAS JR, S M; FRANCO, J. C; GÓMEZ, S; KAY, C; SPOOR, M. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **Journal of Peasant Studies** 39(3-4): 845-872. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministro. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União nº 84,** Brasília, DF, 04 mai. p. 20. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.346,** de 15 de setembro de 2006 [2006b]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2018.

CAMARGOS, D. **Filantropo em São Paulo, empresário é acusado de mortes e roubo de terras no Nordeste.** Repórter Brasil, 02 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2018/09/empresario-euclides-de-carli-acusado-mortes-roubo-terras-nordeste/>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

CARVALHO, I. **Vilão do desmatamento ilegal, correntão é vendido na internet com dicas para evitar fiscalização.** De olho nos ruralistas, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/08/13/vilao-do-desmatamento-ilegal-correntao-e-vendido-na-internet-com-dicas-para-evitar-fiscalizacao/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Comunidades Impactadas pelo agronegócio no Piauí criam Coletivo de Resistência e unificam lutas.** Publicado em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4392-comunidades-impactadas-pelo-agronegocio-no-piaui-criam-coletivo-de-resistencia-e-unificam-lutas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DOEPI (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ), **Página 64,** 28 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/24017648/pg-64-diario-oficial-do-estado-do-piaui-doepi-de-28-12-2010>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira,** São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 484 p.

EDELMAN, M; OYA, C; BORRAS JR, S. M. 2013. Global Land Grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly** 34(9): 1517-1531.

FIAN; REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos); CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. FIAN Internacional, Heidelberg, Alemanha, 2018.

FREDERICO, S. **Território, capital financeiro e agricultura: investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro**. Relatório Final de Pós-Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia, UNESP, Rio Claro, 2016.

FREDERICO, S.; BERNARDES, J. A.; GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V.; MALDONADO, G. **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

GERCOG (Grupo de Especial de Regularização Fundiária e Combate à Grilagem), **Portaria 002/2016**. Ação Anulatória de Ato Jurídico do Ministério Público Estadual do Piauí de 22 de Junho de 2016.

GRAIN (Genetic Resources Action International). **Seized: the 2008 land grab for food and financial security, 2008**. Available from: <<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>>. (Accessed: August 31, 2017).

GRAIN (Genetic Resources Action International); REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **O fiasco agrícola bilionário da universidade de Harvard**. Relatório. Agosto 2018. Disponível em: <https://social.org.br/files/pdf/PT_FINAL_PDF_Harvard.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

INCRA. **O que é Cadeia Dominial do Imóvel?** 17 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/o-queecadeiadominial>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

INCRA. **O que é Grilagem?** 17 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2007.

MARTINEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MACHADO, R. L. A. **Conceitos: Segurança Alimentar e Soberania Alimentar**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República. Publicado em 29 mai. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em 20 ago. 2018.

MCDONALD, M.; FREITAS, T. **Harvard's Foreign Farmland Investment Mess**. Bloomberg Businessweek, 6 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-06/harvard-s-foreign-farmland-investment-mess>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

MIRANDA, E. E. **MATOPIBA**: Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Embrapa, MAPA, Brasil: Governo Federal, 2015.

MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL). **Recomendação da suspensão da aplicação da Lei Estadual nº 6.709/2015 em relação às áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais**. Procuradoria da República no Estado Do Piauí; Grupo de Trabalho Cerrado (4ª CCR); Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais (6ª CCR), Goiânia, 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/noticias-pi/mpf-expede-recomendacao-ao-interpi-e-banco-mundial-sobre-a-regiao-matopiba>>. Acesso em: 7 Set. 2018.

PBMC (Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas). **Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Sumário Executivo do GT2. PBMC, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **LEI Nº 12.651**. Código Florestal Brasileiro. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos DE 25 DE MAIO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 12 de Set. 2018.

REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo (SP): Editora Outras Expressões, 2015.

REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo (SP): Editora Outras Expressões, ISBN: 978-85-9482-021-1, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A. C. T. **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI** – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

ROMERO, S. **TIAA-CREF, U.S. Investment Giant, Accused of Land Grabs in Brazil**. The New York Times, 16 de Novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/11/17/world/americas/tiaa-cref-us-investment-giant-accused-of-land-grabs-in-brazil.html>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

RODRIGUES, B. **Ministério Público Investiga empresário Euclides de Carli**. Grande Portal de Notícias do Piauí, 03 de Agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/ministerio-publico-investiga-empresario-euclides-de-carli-399021.html>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, p. 25-38, jan. 2010. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100005>. Acesso em 20 ago. 2018.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**. Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Território**, n.6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Observatório Social de América Latina**. Ano 6 n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAUER, S; LEITE, S. P. 2012. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasant Studies** 39(3-4): 873-898.

SEMAR (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí). **Resumo UC APA das Nascentes do rio Uruçuí-Preto**. Publicado em 31 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.semar.pi.gov.br/editais.php?id=163>>. Acesso em 22 ago. 2018.

SILVEIRA, M. L. Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades. **Cuadernos Del Cendes**, Ano 25, n. 69, set/dec. 2008, p. 1-19.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil (Rede) no planejamento e execução das visitas às comunidades camponesas.

Sobre os autores

Bruno Rezende Spadotto – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-3821-9695>.

Jaqueline Vigo Coguetto – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2187-8176>.

Como citar este artigo

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos(as) autores(as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Bruno Rezende Spadotto** ficou

especificamente responsável pelo desenvolvimento relativo às verticalidades da apropriação de terras pelo capital financeiro na Comunidade Baixão Fechado; o segundo autor **Jaqueline Vigo Coguetto**, pelo desenvolvimento relativo à descrição das horizontalidades ambientais da Comunidade Melancias. Ambos foram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados, suas interpretações e análises, assim como pelos procedimentos técnicos.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 2018.

Devolvido para a revisão em 18 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de dezembro de 2018.
